

ELEMENTOS PARA UMA NOVA LEI DE IMIGRAÇÃO

Constança Urbano de Sousa
Praia, 25 de março de 2013

Objetivos

- Implementação da ENI
- Regime jurídico adaptado à nova realidade de Cabo Verde como país de imigração
- Melhor gestão da imigração regular
 - Sistematização de acordo com ciclo do fenómeno migratório
 - Adaptação aos standards internacionais
 - Simplificação de procedimentos administrativos
- Reforço de medidas contra a imigração irregular

Questões horizontais

- Nova Lei ou alteração ao Decreto-Legislativo n.º 6/97, de 5 de maio?
- Forma: Lei da Assembleia Nacional ou Decreto-Legislativo do Governo (autorizado)?

Elementos para a regulação da entrada em território nacional

- Simplificação dos procedimentos de entrada e controlo de estrangeiros
 - Passagem na fronteira – postos qualificados para o efeito
 - Condições gerais de entrada
 - Documentos de viagem
 - Vistos
 - Meios de subsistência/termo de responsabilidade
 - Comprovativo da finalidade da estada
 - Boletins de alojamento e comunicação dos dados das pessoas que compõem grupos de turistas nas viagens organizadas

Entrada em território nacional

- Responsabilidade das transportadoras
 - Comunicação de dados dos passageiros
 - Obrigação de não embarcar estrangeiros sem documentos necessários à entrada
 - Obrigação de repatriamento
 - Sanções pecuniárias
- Recusa de entrada: regime jurídico

Novo regime de vistos concedidos no estrangeiro

- 4 tipos de visto
 - Visto de trânsito
 - Visto de curta duração: estadias até 90 dias
 - Visto de estada temporária: estadias até 1 ano
 - Visto de residência: fixação de residência
- Condições de emissão
 - Gerais
 - Específicas
- Prorrogação em território nacional

Residência em território nacional

- Autorizações de residência
 - Temporária: por ex. 2 anos renovável por igual período
 - Vitalícia
- Condições de concessão de AR
 - Temporária
 - Visto de residência (possibilidade de isenção em casos excepcionais)
 - Meios de subsistência e alojamento
 - Ausência de antecedentes criminais
 - Cumprimento de condições específicas
 - Vitalícia
 - Titularidade de AR temporária há 6, 8 ou 10 anos (opção legislativa)
 - Cumprimento das leis e ausência de antecedentes criminais
 - Cumprimento de medidas de integração: por ex. prova de conhecimento da língua, participação em cursos de integração

Residência em território nacional

- Condições específicas de concessão de AR consoante finalidade da residência
 - Exercício de atividade profissional
 - Adequação às necessidades do mercado de trabalho
 - Quotas?
 - Teste de preferência nacional?
 - Procedimento único
 - Mecanismo de regularização permanente de trabalhadores imigrantes que tenham entrado legalmente e estejam inseridos no mercado regular de trabalho
 - Investimento
 - Estudo
 - Reagrupamento familiar
 - Outras situações

Reagrupamento familiar

- Âmbito de aplicação
 - Família nuclear?
 - Família mais abrangente?
 - Parceiro de facto?
 - Ascendentes a cargo?
 - Descendentes maiores a cargo?
- Exercício: quando membros da família se encontram fora do território nacional ou já entraram (legalmente, embora sem o visto adequado)?

AR em situações especiais

- Criação de um regime flexível e discricionário que permita ao Estado regularizar a situação dos imigrantes em situações de natureza humanitária ou excecional
 - Menores filhos de imigrantes a residir em CV e que não adquirem a nacionalidade
 - Estrangeiros com filhos de nacionalidade CV a residir no território nacional
 - Estrangeiros em situação ilegal que foram vítimas de exploração laboral e colaborem com as autoridades – sanção efetiva dos empregadores de imigrantes em situação ilegal

Estatuto jurídico dos estrangeiros

- Capítulo II do Decreto-Legislativo 6/97
- Direito do titular de AR de acesso a uma atividade profissional (procedimento único)
- Direito ao reagrupamento familiar

Saída do território nacional

- Afastamento de imigrantes
 - Limites
 - Proibição de expulsões coletivas e refoulement
 - Proteção da vida familiar?
 - Expulsão administrativa
 - Imigrantes em situação irregular
 - Prevalência do abandono voluntário
 - Medidas coercivas: detenção em centro, apresentação periódica
 - Interdição de entrada
 - Expulsão judicial
 - Imigrantes em situação regular que constituam ameaça à ordem pública e segurança nacional
 - Pena acessória da condenação de imigrantes em situação regular

Medidas de luta contra a imigração ilegal e TSH

- Criminalização do auxílio à entrada e permanência ilegais (com intuito lucrativo)
- Criminalização da angariação de trabalhadores estrangeiros em situação irregular
- Emprego reiterado e sistemático de trabalhadores estrangeiros em situação irregular
- Casamento de conveniência
- Concessão de AR aos estrangeiros em situação irregular que auxiliem as autoridades na perseguição criminal dos autores dos crimes de TSH, auxílio à imigração irregular, emprego de imigrantes em situação irregular.